

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.607 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2002



Rosevelt Pinheiro

Bernardo Cabral é relator da proposta de reforma do Judiciário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Plenário inicia votação da reforma do Judiciário

A proposta de emenda constitucional que modifica a estrutura do Poder Judiciário entra em processo de votação amanhã no Plenário do Senado. Serão examinadas 114 emendas ao texto do relator Bernardo Cabral, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na semana passada, houve pedido de adiamento da votação para 13 de dezembro, mas os senadores optaram por começar a decidir sobre a matéria nesta semana. Caso seja aprovada, a reforma terá que voltar à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

Emenda torna alimentação direito social do brasileiro

O Senado inicia hoje o primeiro turno de discussão da proposta de emenda constitucional que inclui a alimentação entre os direitos sociais. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares, a matéria tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e objetiva, segundo ele, “assegurar aos segmentos mais pobres o estabelecimento de políticas públicas consistentes que evitem a fome e a miséria”.

PÁGINA 3



Tebet: Congresso não deve aprovar aumento do IR

“Aumentar a carga em cima da classe média é muito ruim”, afirma presidente do Senado, que considera injusta a alíquota de 35%



Geraldo Magalhães

Tebet observa que a proposta de elevação da alíquota contraria os interesses da sociedade brasileira

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que o Congresso Nacional dificilmente aprovaria eventual elevação da alíquota do Imposto de Renda para 35%, como estaria sendo cogitado pelo novo governo. “Aumentar a carga em cima da classe média é muito ruim”, disse Tebet. Ele afirmou ainda que, se o novo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende empossar também o presidente do Banco Central em 1º de janeiro, deve apressar-se para enviar a indicação do nome ao Senado no máximo até o dia 5 de dezembro, a fim de que haja tempo hábil de se votar a escolha.

PÁGINA 4



Célio Azeredo

Projeto na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos estimula trabalhador a investir no mercado de ações

Comissão discute hoje uso do FGTS para compra de ações

PÁGINA 2

Projeto destina recursos da conta do FGTS para a compra de ações

Segundo a proposta, que será examinada hoje pela CAE, só poderão utilizar o Fundo de Garantia como fonte de capitalização as empresas que adotarem sistemas democráticos de gestão

As empresas de capital aberto que adotarem sistemas mais democráticos de formação de capital e gestão — já definidos nos modelos de governança corporativa e que permitem, por exemplo, amplo direito aos acionistas minoritários, contabilidade transparente e garantia aos investidores de participação nos resultados da companhia — poderão contar com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como mais uma fonte de capitalização.

Esse é um dos principais objetivos do projeto de lei de autoria do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) que deverá ser exami-



Antonio Carlos Júnior é autor da matéria, que recebeu parecer favorável

nado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, que já recebeu parecer favorável do relator, senador Waldemar Ornelas (PFL-BA), pretende também estimular os trabalhadores a investir no mercado de ações.

Segundo o projeto, será criada uma subconta no FGTS que passará a receber, mensalmente, 12,5% (ou um oitavo) dos depósitos feitos pelos empregadores nas contas dos seus empregados.

AÇÕES PRIMÁRIAS

Os recursos dessa subconta destinam-se a aplicações em ações primárias de empresas que obedecem a padrões mínimos de governança corporativa. Como o depósito na conta do FGTS corresponde a 8% do valor do salário do trabalhador, cada depósito feito na subconta do FGTS, destinada ao investimento em ações (1/8 de 8% do salário), será equivalente a 1% do salário pago ao trabalhador.

Os recursos das subcontas do

FGTS destinados ao mercado de capitais somente poderão ser aplicados em ações primárias, ou seja, naquelas lançadas no mercado pela própria empresa subscritora das ações, evitando-se assim que os recursos sirvam para estimular movimentos especulativos, feitos com papéis que já circulam no mercado.

Os padrões mínimos de governança corporativa das empresas que queiram se beneficiar dos recursos do FGTS serão fixados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As aplicações serão feitas por fundos específicos ou clubes de investimentos, a serem criados com a finalidade exclusiva de gerir os recursos das subcontas do FGTS.

Microempresa pode ter crédito facilitado em banco federal

Os bancos públicos federais poderão ser obrigados a aplicar 50% dos seus recursos ativos disponíveis em empréstimos e financiamentos destinados a pequenas e microempresas. É o que prevê projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) que deverá ser apreciado hoje, em caráter teminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com proposta, que recebeu parecer favorável do relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), as instituições financeiras federais não poderão cobrar juros acima de 12% ao ano nesses empréstimos. Prevê ainda redutor de até 50% sobre as parcelas da amortização e encargos financeiros para as empresas tomadoras adimplentes.

Ao relatar a matéria, Fernando Bezerra destacou a grande dificuldade que enfrentam atualmente

as pequenas e microempresas para terem acesso às linhas de crédito na rede bancária, inclusive junto aos bancos oficiais.

O projeto, para o relator, corrigirá "uma das mais graves distorções da economia brasileira, que continua se destacando negativamente como a mais concentradora de rendas das Américas". As pequenas empresas, dis-

se ele, merecem tratamento especial porque são "as grandes geradoras de emprego no país".

As operações de crédito previstas no projeto poderão também ser destinadas a investimentos em beneficiamento, processamento ou industrialização agrícola quando o interessado enquadrar-se nas linhas de financiamento voltadas para a agricultura familiar.



Osmar Dias: setor merece tratamento especial porque é grande gerador de empregos

Altos juros dificultam obtenção de empréstimo

A pesar de responderem por aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e 60% dos empregos gerados no país, as pequenas e microempresas recebem apenas 10% dos créditos concedidos pelos bancos oficiais e privados. Os altos juros praticados pelos bancos, a burocracia na concessão do financiamento e a exigência de aval para as operações são os principais obstáculos para a obtenção de empréstimos bancários,

segundo levantamento realizado entre as empresas.

O Sebrae define como microempresa aquela que possui até 19 empregados, no caso da indústria, e até nove, na área de comércio e serviços. As pequenas empresas têm, na indústria, de 20 a 99 empregados, e no comércio e serviços, de dez a 49 empregados.

Fonte: Sebrae



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe Myonbai Kim, embaixador da Coreia do Sul
10h30 — Recebe o deputado Gim Argello, presidente da Câmara Legislativa do DF
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: discussão da PEC sobre destinação do salário-educação; discussão da PEC que inclui alimentação nos direitos sociais; discussão da PEC sobre competências privativas do Congresso e da Presidência da República relativas aos atos internacionais; entre outros itens.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLS que reduz alíquota de imposto em produtos de cesta básica; PLS que dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: PLS acerca da elaboração dos editais dos processos de seleção aos cursos de educação superior; PLS sobre requisitos e condições para o registro de domínio na Internet; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação de projetos com pedidos de abertura de créditos especiais para órgãos da administração pública federal. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: votação da Ata nº 7 remanescente de reunião anterior; e votação de relatórios apresentados a diversos projetos e mensagens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: PDLs referentes ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da OMC; e mensagens que submetem ao Senado nomes para cargos de embaixador na República Dominicana e Hungria. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

Após a ordem do dia — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública sobre a situação econômico-financeira da Varig, com presença do diretor-presidente da empresa, Arnim Lore; representante do Comitê dos Credores da Varig, Álvaro de Sá Freire Júnior; presidente do Conselho Curador da Fundação Rubem Berta, Yutaka Imagawa; e presidente do BNDES, Eleazar de Carvalho Filho. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Após a ordem do dia — CPI das ONGs
Pauta: depoimentos de Alexandre Paes dos Santos, diretor da APS Consultoria Jurídica, e exposição de Sérgio Haddad, presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong). Ala Senador Nilo Coelho — sala 2

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Alimentação pode tornar-se direito social dos brasileiros

O Plenário inicia hoje a discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que inclui a alimentação no rol dos direitos sociais. A emenda conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que teve como relator o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

A mudança pretendida por Valadares incide sobre o artigo 6º da Constituição para acrescentar o direito à alimentação à lista de direitos sociais dos brasileiros – que são educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

A alimentação, explica o senador, é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1993 e consta da Carta dos Direitos de 1948 como o primeiro direito do cidadão. E o Brasil, observou Valadares, manifestou-se oficialmente, junto à ONU, a favor da inclusão da alimentação como direito social do cidadão.

Ele lembra ainda, em sua justificativa, que um terço da população brasileira é mal nutrida e 9% das crianças morrem antes de completar um ano de vida. A ideia da proposta, assegurou, “é não permitir que ninguém venha a morrer no Brasil por falta de um prato de comida, assegurando aos



Valadares quer assegurar políticas públicas para evitar a fome e a miséria

segmentos mais pobres o estabelecimento de políticas públicas consistentes que evitem a fome e a miséria”.

ATOS INTERNACIONAIS

Os senadores também irão avaliar outras duas propostas de emenda à Constituição. Uma delas, também em fase inicial de exame no Plenário, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), estabelece as competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República no tocante aos atos internacionais. A outra, do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), estende o benefício do salário-educação para o ensino infantil, e está na quarta sessão de discussão do primeiro turno.

Constam ainda da pauta, 16 projetos de decretos legislativos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio, sendo 15 de radiodifusão comunitária e uma de frequência modulada (FM).

Volta ao Plenário proposta que amplia salário-educação

A proposta de emenda constitucional (PEC) que estende para o ensino infantil o uso dos recursos recolhidos por empresas a título de salário-educação volta a ser discutida hoje. De autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), a matéria foi aprovada em maio deste ano na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR), e tem agora sua quarta sessão de discussão em Plenário.

De acordo com o relator, a rede pública não tem conseguido atender à demanda existente no país e o salário-educação é uma fonte adicional de financiamento do ensino fundamental. Ainda segundo Osmar, a aplicação dos recursos do salário-educação vai contribuir para ampliar a oferta de vagas e



Projeto de Ricardo Santos terá hoje sua quarta sessão de discussão

reduzir as deficiências na qualidade do ensino destinado às crianças com até seis anos de idade.

Os recursos transferidos para a escolarização infantil, com a aprovação da PEC, não irão resolver completamente o problema de vagas, mas poderão trazer melhorias significativas para essa faixa de ensino, avalia o senador.

Começa amanhã votação da reforma do Judiciário

Devem ser examinadas 114 emendas de Plenário, agrupadas por temas. Súmula vinculante está entre as matérias que podem gerar polêmica

O Senado inicia amanhã votação de 114 emendas de Plenário à proposta de emenda constitucional da reforma do Judiciário. O texto do relator Bernardo Cabral (PFL-AM) foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Agora, as emendas serão agrupadas de acordo com os temas a que se referem para votação pelos senadores.

A reforma já estava pronta para votação em Plenário desde a última quarta-feira. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento para que a votação fosse adiada para 13 de dezembro, argumentando que a matéria precisava de mais discussões. Bernardo Cabral lembrou que a proposta tramita há quase dez anos no Congresso – há dois no Senado –, tendo sido amplamente debatida na CCJ. Ele lembrou as audiências públicas com ministros de tribunais superiores, juristas e



Relatório de Cabral foi aprovado na CCJ após diversas audiências e amplos debates

representantes de entidades ligadas ao Judiciário.

Uma das propostas que ainda devem gerar muitas discussões é a que impõe a chamada súmula vinculante para decisões de tribu-

nais superiores. De acordo com o dispositivo, as sentenças proferidas por esses tribunais teriam que ser seguidas pelas instâncias inferiores. Uma crítica que se faz à proposta é que ela engessa o Judiciário, por impedir a adoção de decisões novas.

Outra novidade é a instituição de eleições diretas para órgãos diretivos dos tribunais e a possibilidade de que os membros do Ministério Público Federal apresentem lista tríplice para o preenchimento do cargo de procurador-geral da República.

A reforma do Judiciário passo a passo

A PEC nº 29/2000 reúne 18 propostas de emenda à Constituição (PEC) com mudanças no sistema judiciário. Tramita no Senado há dois anos, tendo passado outros oito anos em tramitação na Câmara dos Deputados. Lá, a PEC tinha o número 96/92, o autor era o deputado Hélio Bicudo (PT-SP) e a relatora foi a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). No Senado, foi designado como relator o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

- 30/06/00 a proposta chega ao Senado
- 31/10/01 apresentação do relatório sobre a matéria. Posteriormente, o relator elaborou um segundo parecer, em virtude das mais de 200 emendas apresentadas na comissão
- 06/03/02 a matéria teve sua votação concluída na CCJ
- 27/07/02 discussão em primeiro turno no Plenário do Senado. Com o recebimento de 133 emendas no Plenário, a matéria retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- 06/11/02 aprovada na CCJ e encaminhada à Mesa
- 19/11/02 incluída na ordem do dia
- 20/11/02 Plenário rejeita requerimento subscrito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e outros senadores pedindo o adiamento da votação para 13 de dezembro. Com isso, os senadores devem votar nesta quarta-feira os 114 destaques ao texto da reforma. A PEC será votada em dois turnos pelo Plenário do Senado, retornando à Câmara dos Deputados para apreciação dos dispositivos que não forem consensuais entre as duas casas legislativas.

Principais pontos da mudança

- Os novos juízes deverão ter três anos de experiência obrigatória antes do concurso
- Cursos de reciclagem obrigatórios para magistrados
- Fim do recesso anual de dois meses na Justiça
- Criação de órgão de controle externo do Judiciário, por meio de um Conselho Nacional de Justiça, composto de magistrados e advogados
- Criação de ouvidorias estaduais de Justiça para coletar denúncias de irregularidades
- Deslocamento dos crimes contra os direitos humanos para julgamento pela Justiça federal
- Proibição aos juízes de emitir opinião sobre os processos que presidam
- Súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional, com aprovação de três quintos do tribunal

Tebet: aumento do IR não deve passar no Congresso

Para o presidente do Senado, dificilmente os parlamentares aprovariam nova alíquota do imposto, que estaria sendo cogitada pela equipe de Lula

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que não acredita que o Congresso Nacional venha a aprovar aumento da alíquota do Imposto de Renda para 35%, como estaria sendo cogitado por integrantes da equipe do novo governo, de acordo com informações da imprensa.

— A carga tributária no Brasil já é muito elevada. Quem ganha mais paga mais, isso já é assim. Agora, aumentar a carga em cima da classe média é muito ruim; 35% é muito, e o Congresso dificilmente aprovaria uma proposta como essa, porque ela contraria os interesses da sociedade brasileira. Eu, pessoalmente, acho injusto — afirmou.

Tebet lembrou que o Congresso deliberou em sentido contrário, isto é, o da diminuição da alíquota, de 27,5% para 25%, e não vê condições para uma mudança de atitude. Atualmente, o Imposto de Renda sobre os rendimentos do trabalho (salário) tem duas alíquotas (15% e 27,5%).

BANCO CENTRAL

Na opinião de Ramez Tebet, se Luiz Inácio Lula da Silva pretende que o novo presidente do Banco Central tome posse no cargo também no dia 1º de janeiro, deve apressar-se em enviar a indicação do nome para o Senado no máximo até dia 5 de dezembro, para que haja



Ramez Tebet diz que aumento de alíquota contraria os interesses da sociedade brasileira

tempo hábil de o escolhido ser confirmado.

— Essa providência não pode tardar, nunca se sabe o que vai acontecer numa casa política. Pode haver um pedido de vista — alertou.

Sobre a data da posse de Lula, cuja transferência de 1º para 6 de janeiro Tebet vinha defendendo, ele admitiu que não há mais tempo hábil para mudança e que, caso seja aprovada pelo Congresso, só valerá para o próximo presidente eleito. De acordo com Tebet, não há mais unanimidade sobre o assunto no Congresso, como até poucos dias atrás.

— Não estou otimista, sei que a comissão especial da Câmara dos Deputados vai emitir um parecer,

não sei como vão tocar no assunto lá, mas me preocupa o exíguo prazo para a preparação da posse. Estamos tomando todas as providências possíveis, mas os convites não podem chegar de última hora — frisou.

Sobre a possibilidade de convocação extraordinária do Congresso, Tebet comentou que a iniciativa deve partir do presidente da República e que, até agora, não houve qualquer contato nesse sentido. O Orçamento para 2003, previu, deverá estar votado até 16 de de-

zembro ou, na pior das hipóteses, até o final do ano.

— O Congresso só deve prorrogar seus trabalhos por interesse da nação, por motivo relevante, como aprovar o Orçamento — declarou.

MPs

Tebet defendeu a nova regulamentação para tramitação das medidas provisórias, considerando que a mudança agilizou as atividades do Congresso Nacional. Ele ressaltou que as votações no Senado estão se processando normalmente, e, sobre o trancamento da pauta da Câmara, disse confiar numa solução para breve. “Vamos continuar insistindo com as regras atuais, pois a nova regulamentação veio para melhorar”, afirmou.

Novas regras do ICMS podem ser votadas logo

Disposto a promover a reforma tributária, o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva vai encontrar no Congresso propostas que alteram a estrutura de impostos do país em estágio avançado de tramitação. Uma delas é a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) alterando o artigo 155, que define regras para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A matéria tem pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e está pronta para votação em primeiro turno, já que os senadores realizaram as cinco sessões de discussão da matéria.

Geraldo Melo propõe a supressão do dispositivo que isenta do ICMS operações que destinam energia elétrica, petróleo e derivados de um estado da Federação para outro. De acordo com o senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator da matéria na CAE, a não cobrança do ICMS prejudica os usuários de lubrificantes, combustíveis líquidos, gás e energia elétrica, já que o imposto acaba embutido no preço dos produtos. Além disso, essa imunidade, critica o relator, consagra “absurdamente” um mecanismo de transferência de renda das regiões mais pobres, que produzem energia e petróleo, para os maiores consumidores, ou seja, os estados mais ricos do país, sem gerar benefícios para a sociedade.

Jefferson explica que a norma constitucional em vigor faz com que todo o imposto pago sobre esses produtos seja recolhido no destino, ou seja, no consumo. Assim, as unidades da Federação que produzem energia elétrica e petróleo ficam prejudicadas, pois estão proibidas de arrecadar o imposto.

— Esse dispositivo desvirtua a natureza do ICMS, atenta contra o princípio federativo, pois



Geraldo Melo pretende eliminar prejuízo de estados produtores de energia e petróleo

transfere para os estados consumidores todas as receitas das operações, e afasta a aplicabilidade das alíquotas fixadas para operações interestaduais, inferiores às das operações internas, que visam ao equilíbrio fiscal federativo — argumenta Jefferson.

SEMI-ELABORADOS

A PEC inclui produtos semi-elaborados entre os beneficiados pela isenção do ICMS. Atualmente, apenas produtos industrializados são imunes. Jefferson concorda com o argumento de que a desoneração da produção pode tornar os semi-elaborados nacionais mais competitivos no mercado internacional. Ele também pondera que o desfalque na arrecadação do ICMS será contrabalançado pelo mecanismo de compensação financeira que redistribui 10% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) entre os estados exportadores.

— A alteração se torna vantajosa para o país, inclusive tendo-se em mira o Mercosul. Deverá representar ganho tributário para todos os estados da Federação no que diz respeito aos combustíveis, embora alguns estados venham a perder no curto prazo. A modificação é fundamental para dar uniformidade e racionalidade ao sistema tributário e se transformar em eficaz instrumento do desenvolvimento econômico nacional — analisa Jefferson.

Nabor quer ampla discussão sobre tributos

A reforma tributária precisa ser bastante discutida, não só no Congresso, como entre empresários e trabalhadores, afirmou ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ao comentar notícias que atribuem ao PT a intenção de alterar as alíquotas do Imposto de Renda, criando uma faixa de 35%. Ele disse que a proposta dificilmente teria a aceitação do Legislativo, em grande parte pela alta carga tributária brasileira.

— O Brasil é um dos países com carga tributária mais alta. A carga das empresas chega a 32% e é transferida para o consumidor final, já bastante sacrificado. É preciso ter muita cautela, porque a proposta não vai lograr êxito no Congresso — disse.

O senador sugere que o assunto



Nabor Júnior é contrário a aumento de alíquota sem debate sobre reforma tributária

seja discutido amplamente em um contexto que inclua toda a reforma tributária, afirmando que não se pode realizar uma mudança que aumente a carga sobre o cidadão.

— Temos que discutir melhor essa matéria — alertou.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) mostrou-se favorável ao aumento do número de faixas de contribuição, incluindo a criação de uma alíquota de 35%. Ele salientou, no entanto, que se trata apenas de uma idéia colocada para debate pelo PT.

— As alíquotas múltiplas devem ser discutidas no âmbito de uma reforma ampla — salientou.

Nabor Júnior admitiu que uma alíquota maior pode ser boa para o país, desde que acompanhada de outras alterações.

— Também concordo com a progressividade, mas se forem alterados os valores de incidência do imposto — afirmou.

O principal imposto do país

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é o tributo de maior arrecadação no Brasil. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2001 ele respondeu por 23,3% da receita tributária nacional, o equivalente a R\$ 94,2 bilhões. O ICMS foi criado pela Constituição de 1988, que ampliou a base de tributação do antigo ICM — criado em 1967 —, incluindo os serviços. As reformas de 1967 e de 1988 foram as últimas empreendidas no sistema tributário do país.

Senadores analisam indicação para a ANS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota amanhã, a partir das 9h, mensagem presidencial indicando o nome de Maria Stella Gregori para que seja reconduzida ao cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Stella Gregori, 44 anos, é advogada e exerce o cargo de diretora da agência desde dezembro de 1999. O relator do projeto, Benício Sampaio (PPB-PI), é favorável à aprovação da indicação.

Na mesma reunião, a CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), examina pauta de 18 itens, entre os quais projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que reserva 20% do total de recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para que a mulher considerada chefe de família possa adquirir a sua casa própria. A relatora, senadora Marina Silva (PT-AC), mostrou-se favorável à aprovação da matéria e observou que a medida irá beneficiar



Emilia Fernandes quer beneficiar mulher chefe de família com financiamento

milhões de mulheres consideradas chefes de família. Mas para isso terá que comprovar judicialmente se trabalha para sustentar a família. Se aprovado na comissão, o projeto segue para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para ser examinado pelo Plenário do Senado.

A CAS aprecia ainda cinco projetos que criam novas oportunidades de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Parte do fundo poderia ser usada para compra de veículo, microcomputador, na expansão de negócio próprio, na quitação de prestações atrasadas de financiamentos habitacionais e em cirurgias, excluídas as puramente estéticas.

Consta da pauta também projeto que concede atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade na marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde (SUS) e hospitais conveniados.

Orçamento examina créditos especiais e suplementares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião marcada para hoje, às 14h30, a fim de votar projetos de lei que abrem créditos especiais e suplementares para este ano. Deverá ser votado também o relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária ao projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2003.

Também consta da pauta o Projeto de Lei 54/2002, que altera programas do Plano Plurianual. Os seguintes créditos especiais serão examinados: de R\$ 39,76 mil em favor do Ministério da Educação; R\$ 2,26 milhões para a Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho e Ministério Público da União; R\$ 193,9 milhões aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; R\$ 240,98 mil para o Ministério da Educação.

Os créditos suplementares em votação são os seguintes: R\$ 12 milhões em favor do Ministério dos Transportes; R\$ 45,9 milhões para órgãos do Legislativo, Judi-

ciário e Executivo e do Ministério Público da União; R\$ 75,8 milhões a diversos órgãos do Poder Executivo; R\$ 11,23 milhões aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento; R\$ 105,23 milhões para os Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores.

Serão examinados ainda: R\$ 68,12 milhões em favor dos Ministérios de Minas e Energia e das Comunicações; R\$ 5,2 milhões para o Ministério da Educação; R\$ 169,66 milhões em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa; R\$ 28,2 milhões aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário; R\$ 43,76 milhões para os Ministérios da Educação e de Esportes e Turismo; R\$ 197,81 milhões ao Ministério dos Transportes; R\$ 120 milhões em favor dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente; R\$ 35 milhões em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios.

Serão examinados e votados também relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU).

Faculdade deve informar se cursos são reconhecidos

Comissão de Educação examina projeto que muda normas para edital de vestibular a fim de proteger estudantes

Os editais dos vestibulares deverão indicar se os cursos são devidamente reconhecidos e se a instituição de ensino está credenciada de acordo com as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Deverão conter ainda os três últimos resultados do Exame Nacional de Cursos, o "Provão". As medidas estão previstas em projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que deverá ser votado hoje, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE).

O projeto recebeu emenda do relator, José Jorge (PFL-PE), segundo a qual toda a publicidade impressa dos processos de admissão de estudantes aos cursos de graduação deve conter as mesmas informações.

O relator informa que, entre 1995 e 2000, as matrículas dos cursos de graduação, o número de instituições de ensino e o de cursos de graduação presenciais cresceram, respectivamente, 54%, 32% e 69%.



Carlos Bezerra é autor do projeto que consta da pauta de hoje

José Jorge acrescenta que a rapidez desse processo produziu o fenômeno do grande número de estabelecimentos de ensino e cursos que funcionam em caráter precário, sem a finalização dos devidos requisitos legais de credenciamento e reconhecimento.

O relator observa que muitos estudantes deixam de buscar informações sobre a situação das instituições de ensino e de seus cursos. "Depois, quando já estão adiantados nos estudos ou mesmo prestes a se formar, tomam conhecimento de que seus diplo-

mas podem não ter validade legal devido ao caráter irregular em que se encontram sua escola ou o curso escolhido."

José Jorge destaca que muitos estudantes, ao terem de optar por uma faculdade, sentem dificuldades de obter informações precisas a respeito das avaliações que o poder público efetuou sobre a qualidade do ensino.

Também hoje deverão ser votados em caráter terminativo outros sete projetos, entre os quais o que estende aos promotores de mostras e festivais audiovisuais o direito ao incentivo fiscal concedido pela chamada Lei Rouanet (Lei 8.313/1991) aos que destinam recursos a projetos culturais, o que inclui a disciplina "Noções de Cidadania" no currículo do ensino fundamental e médio, o que flexibiliza o horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil* e o que trata de requisitos e condições para o registro de nomes de domínio na rede Internet.

Há ainda matérias a serem votadas em caráter não terminativo.

Estados e municípios podem ter autonomia financeira

Encontra-se aguardando inclusão na ordem do dia do Senado proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria condições para que haja no Brasil ampla independência na gestão financeira de todas as unidades federativas, desvinculando estados e municípios das normas gerais de finanças públicas em vigor, fixadas por iniciativa da União.

A proposta, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), recebeu, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), voto contrário em separado do senador Romero Jucá (PSDB-RR), para quem as mudanças propostas levariam o Brasil a uma situação similar à da Argentina, onde o poder central não consegue controlar as emissões de títulos e os gastos excessivos das províncias, gerando uma desordem fiscal e monetária no país.

Na proposta de Requião, o artigo 163 da Constituição seria alte-

rado, admitindo, para o estabelecimento de normas de enquadramento das finanças públicas, o estabelecimento de "leis complementares", em vez de "lei complementar", como está definido ali, de modo a abrigar legislações estaduais e municipais.

A proposta também revoga o artigo 165, parágrafo 9º, da Constituição e altera o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, também com a finalidade de dar maior independência de gestão nas finanças públicas aos estados e municípios.

Para Romero Jucá, a consequência prática da proposta seria permitir que estados e municípios passassem a fazer suas próprias leis de responsabilidade fiscal, deixando a lei atualmente em vigor (nº 101, de 2000) destinada a enquadrar apenas as finanças da União.

Romero Jucá ressalta que a proposta "não contribui para que o Brasil alcance equilíbrio nas con-



Proposta de Requião objetiva garantir ampla independência na gestão das finanças públicas

tas públicas. Pelo contrário, prejudica o processo de sua implementação, já em estágio avançado". Conforme o senador, vice-líder do governo no Senado, a proposta induziria os 5.550 municípios brasileiros a terem, cada um individualmente, sua própria lei de responsabilidade fiscal.

Com isso, diz Jucá, a manutenção do equilíbrio fiscal nas diversas esferas de poder estaria comprometida, abrindo-se espaço para que venha a ocorrer no Brasil fenômeno similar ao que ocorre hoje na Argentina, "onde o governo federal é impotente na busca do equilíbrio das contas públicas".

Viana: cresce violência contra mulher no país

Conforme estatística citada pelo senador, 70% dos casos acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou o companheiro. Quase metade dessas ocorrências resulta em lesões corporais graves, observou

A cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil, disse ontem o senador Tião Viana (PT-AC), ao registrar a comemoração do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Citando dados de um consórcio de organizações não-governamentais, ele destacou que as estatísticas disponíveis e os registros nas delegacias especializadas demonstram que 70% dos casos ocorrem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro. Mais de 40% das agressões resultam em lesões corporais graves, observou.

O senador lembrou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a violência doméstica como um problema de saúde pública, pois, além de afetar a integridade física e a saúde mental das mulheres, tem graves consequências econômicas, como a diminuição do PIB, devido à falta ao trabalho, à queda da produtividade e ao período em que as vítimas ficam na dependência da seguridade social. O Banco Mundial estima que a violência dentro da família seja responsável por 20% de cada cinco



Tião Viana apresentou candidatura de Nazaré Gadelha ao Diploma Bertha Lutz

dias de trabalho perdidos pelas mulheres, informou.

Com base em pesquisa realizada pela Sociedade Mundial de Vitimologia, sediada na Holanda, Tião Viana afirmou que a violência doméstica na América Latina atinge de 25% a 50% das mulheres, a um custo de 14,2% do PIB, ou cerca de US\$ 168 bilhões. O Brasil deixa de aumentar em 10% o PIB em decorrência da violência contra a mulher, disse o senador.

Tião Viana ressaltou que a violência contra a mulher é um fenômeno que se verifica em muitas culturas, citando como exemplo o recente concurso de Miss Mundo,

que seria realizado na Nigéria, mas acabou provocando uma guerra santa entre cristãos e muçulmanos que resultou em cerca de 200 mortos e 600 feridos.

DIPLOMA BERTHA LUTZ

Tião Viana encaminhou ofício indicando a advogada Nazaré Gadelha como candidata ao Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, destinado a agraciar as mulheres que se destacam no país por sua contribuição à defesa dos direitos da mulher. O senador justificou a indicação lembrando a trajetória de lutas da advogada acreana, nascida no seringal Albraça, na cidade de Xapuri, “cuja vida tem sido dedicada à defesa incondicional dos direitos humanos”.

Nazaré, segundo o senador, é coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese desde 1990, e ao longo desse tempo tem recebido inúmeras ameaças de morte devido a sua atuação em processos de abuso de autoridade, maus-tratos a crianças, adolescentes e mulheres, abuso sexual e violência doméstica. A advogada recebeu no ano passado o prêmio Centro-Sul de Lisboa e neste ano o prêmio Cláudia 2002 de Mulher do Ano.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Senado inaugura hoje exposição sobre os 70 anos do voto feminino

Será inaugurada hoje, às 18h, na Biblioteca do Senado, a exposição “70 Anos do Voto Feminino no Brasil”. O evento integra as comemorações dos 111 anos do Senado na República e é organizado pela bancada feminina do Congresso Nacional e pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

A exposição contará com acervo cultural e histórico de fotografias, objetos e documentos sobre os 70 anos do voto feminino no país. A TV Senado também lançará um documentário sobre a participação das mulheres na história do Senado e o papel da mulher nas esferas do poder.

Segundo a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), uma das coordenadoras da bancada feminina no Congresso, o evento é um importante marco político, uma vez que promoverá o primeiro encontro de senadoras e deputadas da próxima legislatura.

– Estaremos reunidas para

resgatar a trajetória de luta e os avanços alcançados pelas mulheres no Legislativo brasileiro. Juntas, pautaremos e daremos visibilidade à participação ativa da mulher no poder e na construção histórica de nossas instituições democráticas – afirmou a senadora.

Outra exposição, instalada no Salão Branco (Chapelaria) do Congresso, intitulada “Arte e Cultura Indígena de Rondônia”, poderá ser vista até a sexta-feira. A mostra é organizada pela Subsecretaria de Relações Públicas e faz parte do Programa de Artesanato de Rondônia, desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com trabalhos realizados por índios das tribos suruí, cintalarga, apurinã, zoró, pacaás novos, makurap, canoé, ajuru, tupari, massacá, cujubim, aruá, joboti, mutum e karitiano, situadas nos municípios de Cacoal, Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Guaporé e Porto Velho.

Bertha Lutz liderou o movimento feminista

No Brasil, as primeiras organizações de mulheres na luta pelo direito à instrução e ao voto surgiram depois de 1850. Nisia Floresta, abolicionista, republicana e feminista nascida no Rio Grande do Norte, foi uma ardorosa defensora da educação feminina. Ela denunciou a ignorância em que eram mantidas as meninas e protestou contra a condição de dependência em relação aos homens, criada pelo desprezo com que era vista a educação das mulheres.

A baiana Violante Bivar e Velasco fundou em 1852 o primeiro jornal dirigido por mulheres: o Jornal das Senhoras. Em 1873, a professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz criou em Campanha, Minas Gerais, o jornal O Sexo Feminino.

No início do século 20, o comércio e as fábricas passam a absorver cada vez mais a mão-de-obra feminina e essa incorporação na produção social criou as raízes dos movimentos da libertação feminina. Essa participação, além de possibilitar independência econômica, contribuiria para quebrar os laços da dominação exclusiva que o homem mantinha sobre a família.

Em novembro de 1917, a professora Leolinda Dalto, depois de fundar em 1910 o Partido Republicano Feminino, lidera uma passeata exigindo a extensão do voto às mulheres, mesmo ano em que Anita Malfati realiza a que é considerada a primeira mostra de arte moderna brasileira.

No ano seguinte, Bertha Lutz publica na Revista da Semana uma carta denunciando o tratamento dado ao sexo feminino e propõe a formação de uma associação de mulheres, visando “canalizar todos esses esforços isolados”. Quatro anos depois (1922) é constituída no Rio de Janeiro a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob sua liderança.

Em 1928, no Rio Grande do Norte, as mulheres chegaram a votar depois de esse direito ser introduzido por uma alteração na legislação estadual, aprovada em 1927. Mas os votos foram anulados pelo Senado.

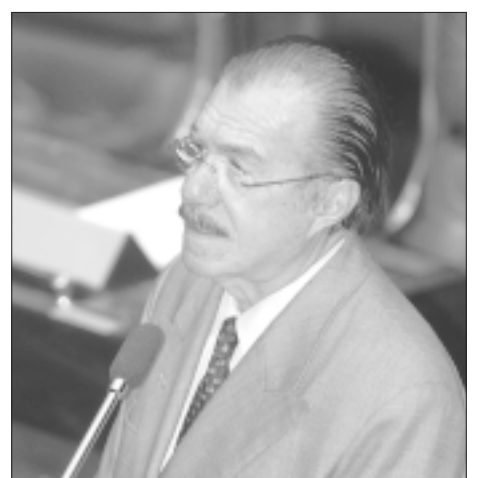
Em 1932, o governo de Getúlio Vargas, formado após a Revolução de 1930, promulgou o novo Código Eleitoral, garantindo finalmente o direito de voto às mulheres brasileiras. Nas eleições de 1933, convocadas para a Assembleia Nacional Constituinte, foram eleitos 214 deputados e uma única mulher: a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Bertha Lutz, concorrendo pelo Distrito Federal (RJ), foi eleita primeira suplente. Nessa atividade constituinte, havia 40 deputados classistas e dentre estes figurava também uma mulher, a trabalhadora Almerinda Farias Gama, representante do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e da Federação do Trabalho do Distrito Federal.

A primeira senadora foi Eunice Michilles, do Amazonas, que assumiu em 1980.

Sarney pede ao governo Lula a reabertura do Museu Postal

O senador José Sarney (PMDB-AP) dirigiu, ontem, apelo ao novo governo para que reabra o Museu Postal, em Brasília. O senador afirmou que, após o fechamento do museu, seu acervo foi abandonado “em local incerto, em algum prédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, na capital da República.

Sarney ressaltou o extraordinário valor histórico das peças que se achavam em exposição no Museu Postal, algumas de 1663, data em que os Correios – “uma das instituições nacionais mais antigas” – foram criados no Brasil. O senador lembrou que o museu fazia parte



José Sarney disse que o acervo foi abandonado em “lugar incerto” em Brasília

do roteiro cultural da cidade.

Ele também destacou o pioneirismo dos Correios na preservação da memória histórica ao instituir, em 1889, o seu Museu Postal.

Mozarildo alerta para risco da adesão à Alca

Senador denuncia “jogo sujo” que o país enfrenta nas relações comerciais com Estados Unidos e Canadá. Ele pede que governo reflita sobre o assunto e assegure que o pacto comercial não seja “uma área de comércio negativo”

Projeto assegura que acordo com FMI passe pelo Congresso

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que confere ao Congresso Nacional poderes para discutir e votar todos os acordos e atos internacionais quando o Brasil figurar como parte, avalista ou garantidor do instrumento. O objetivo é explicitar a necessidade de os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) serem ratificados pelo Parlamento. A matéria tem como relator o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Apesar de a Constituição dispor que compete exclusivamente ao Congresso “resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”, alguns documentos não são submetidos ao crivo do Parlamento, como por exemplo os acordos celebrados com o FMI. O autor da proposta informou que juristas têm posicionamentos divergentes sobre a necessidade de os acordos do FMI serem apreciados pelo Congresso. Os que consideram dispensável a necessidade do posicionamento do Parlamento sobre o assunto justificam que os acordos com o Fundo não podem ser considerados tratados ou acordos internacionais, não são celebrados pelo presidente da República e significam apenas manifestação unilateral do país tomador dos recursos.



Proposta de Ademir Andrade visa resolver polêmica antiga sobre a questão

Os que defendem a necessidade da apreciação pelo Congresso afirmam que todos os atos internacionais que gerem ônus para o país precisam ser aprovados pelo Parlamento; que os acordos com o FMI não são simples empréstimos, mas compromissos assumidos que implicam alterações nas leis orçamentárias, cuja competência pertence ao Congresso, e que as cartas de intenções e os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional envolvem matéria política e estabelecem limites à soberania nacional, como a contenção de gastos públicos, redução do déficit orçamentário e política cambial. “Com o objetivo de encerrar a interminável discussão entre os defensores e opositores da apreciação congressual dos acordos com o FMI, julgamos oportuna a inclusão de um novo e esclarecedor dispositivo na Constituição brasileira”, afirma Ademir Andrade.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu ontem ao Senado, ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva que fiquem alerta quanto aos verdadeiros interesses dos Estados Unidos e do Canadá na constituição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Na opinião do parlamentar, a ação desses países em prejuízo de interesses comerciais brasileiros deixa claro que essa será “uma área de livre comércio para eles, mas uma área de comércio negativo para o Brasil”. O senador questionou o fato de que, antes mesmo de o Brasil entrar nesse pacto comercial, já enfrenta “um jogo sujo”.

No seu entender, é preciso que “o Senado reaja e que o governo brasileiro se oponha da forma mais enérgica, porque não é possível que um país como o Brasil, que está apenas ameaçando competir com essas potências de Primeiro Mundo, seja a toda hora massacrado e esbulhado”. Ele de-



Para Mozarildo, país enfrenta um “colonialismo dos tempos modernos”

finiu a situação “como um colonialismo dos tempos modernos, com o qual o Brasil não pode concordar”.

Em amparo a seu ponto de vista, Mozarildo referiu-se à ONG americano-canadense que se propôs a pagar a produtores de soja para que eles não plantassem o produto no Brasil. Também se referiu a matérias publicadas nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, que relatam pressões dos

Estados Unidos para que a Colômbia não compre caças *Tucano*, produzidos pela Embraer. De acordo com o parlamentar, essa interferência americana fez com que a empresa deixasse de vender à Colômbia 24 aviões de combate por US\$ 234 milhões.

O senador referiu-se ainda a matéria segundo a qual o Canadá também faz pressão contra as vendas da Embraer. Ele disse que, por interferência do Canadá, o Brasil poderá perder uma venda de cerca de US\$ 600

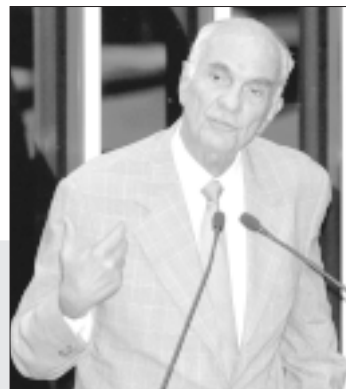
milhões para a Polônia, relativa a seis aviões, com opção de compra de mais 16 aeronaves, pela empresa estatal polonesa Lot.

Lembrando que esses países desejam o ingresso do Brasil na Alca, Mozarildo pediu que o governo brasileiro reflita sobre o assunto, visto que têm sido duros os esforços para fazer esses países respeitarem as regras internacionalmente acertadas com a Organização Mundial do Comércio.

Senadores discutem proposta de plebiscito

A Comissão Mista do Mercosul reúne-se hoje para discutir, entre outros pontos, o projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que convoca plebiscito sobre a suspensão, por 20 anos, das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS), relatora da proposta, emitiu parecer favorável, mas propõe que o prazo para suspensão das negociações seja reduzido para 15 anos e o plebiscito (consulta popular prévia) seja substituído por um referendo (consulta popular posterior). Dessa forma, a população brasileira poderia decidir sobre o ingresso ou não do país na Alca após o acordo ter



Saturnino propõe suspender por 20 anos as negociações para entrada na Alca

sido negociado e assinado. As mudanças sugeridas por Emilia têm a concordância de Saturnino.

Segundo o presidente da comissão, senador Roberto Requião

(PMDB-PR), o projeto de Saturnino, por tratar de tema que suscita opiniões bastante diversas, vem sendo evitado pelos líderes do governo. Assim, embora a proposta esteja pronta para ser incluída na pauta de votações da comissão desde junho deste ano, ainda não pôde ser examinada por falta de quórum nos encontros em que era item para avaliação.

Além da proposta sobre a Alca, a comissão deve discutir texto do acordo sobre a isenção de vistos entre os países do Mercosul. Também deve ser avaliada a redação do acordo sobre o benefício da Justiça e assistência jurídica gratuitas entre os Estados que formam o bloco e as Repúblicas da Bolívia e do Chile.

Comissão analisa duas indicações de embaixadores

Em reunião a ser realizada hoje, às 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa as indicações de dois embaixadores: o diplomata Roberto Soares de Oliveira, escolhido pelo presidente da República para chefiar a missão diplomática brasileira na Hun-

gria, e o diplomata Ronaldo Edgard Dunlop, para a Embaixada do Brasil na República Dominicana.

Caso os senadores da CRE aprovem, em votação secreta, os pareceres dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), que analisa a indicação de Dunlop, e Iris Rezen-

de (PMDB-GO), sobre a designação de Soares de Oliveira, os nomes dos diplomatas seguem para votação secreta em Plenário.

A CRE, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), tem ainda dois projetos de decreto legislativo que aprovam textos de protocolos ao Acordo Geral so-

bre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os relatores, Bernardo Cabral e Lúdio Coelho (PSDB-MS), são favoráveis aos textos negociados por autoridades do Executivo em 1998. O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou parecer alternativo ao de Cabral.



Comissão, presidida por Jefferson Péres, analisa ainda protocolos de acordos com a OMC

Patrocínio critica uso de células de embrião na clonagem terapêutica

Conforme senador, é injustificável a eliminação de inúmeros organismos que estejam nos primeiros estágios de desenvolvimento para salvar a vida de apenas um paciente

CPI deve ouvir hoje dirigente da APS Consultores

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil deve realizar hoje a última reunião para tomada de depoimentos. A comissão, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) vai tentar, pela terceira vez, ouvir Alexandre Paes dos Santos, da APS Consultores & Associados.

Ele depõe no caso que investiga a atuação da ONG Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napan) em um esquema de pressão junto ao Ministério da Saúde para a liberação de um remédio, ainda em fase de testes, da multinacional Novartis. Paes dos Santos, de acordo com os depoimentos tomados até o momento, teria intercedido em nome da Novartis junto a autoridades do Ministério.

Como Paes dos Santos se recusou a atender os convites anteriores da CPI, caso ele não compareça mais uma vez, Mozarildo já determinou que a comissão adote as providências necessárias para garantir que ele seja trazido para depor, até mesmo acompanhado por um oficial de Justiça. De acordo com a legislação, as CPIs têm o poder de intimar pessoas a prestar depoimento.

Na mesma reunião, a comissão vai ouvir o presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Sérgio Haddad, em depoimento considerado importante pelo presidente da CPI para encerrar a fase de audiências na comissão.

Mozarildo Cavalcanti se disse satisfeito com os resultados já obtidos pela CPI, por acreditar que a comissão está conseguindo comprovar que muitas ONGs têm problemas que precisam ser investigados em profundidade.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse ontem concordar com emenda apresentada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao projeto de lei, de autoria do próprio parlamentar amapaense, que trata da clonagem humana. A proposta proibia qualquer tipo de clonagem, mas após seminário realizado em junho sobre o tema, Rocha apresentou emenda permitindo a clonagem terapêutica a partir de células somáticas, como a do tecido nervoso, medula óssea, placenta e cordão umbilical. Foi mantida a proibição da clonagem reprodutiva.

Patrocínio acredita que a utilização de células de adultos é uma alternativa viável ao uso "condenável" de células-tronco retiradas de embriões humanos. Na sua opinião, não se justifica que, para salvar a vida de um paciente transplantado, inúmeros embriões hu-



Patrocínio: uso de células-tronco do paciente é alternativa viável e aceitável

manos sejam eliminados. Ele lembrou que o Brasil é o maior país católico do mundo e que o Vaticano é categórico ao dizer que a vida tem início na fecundação, sendo o embrião um ser vivo com todos os seus direitos.

REJEIÇÃO

Segundo Patrocínio, a "genética vem se desenvolvendo a passos de gigante" e a alternativa mais

moderna é a substituição de embriões pela extração de células-tronco do próprio organismo dos pacientes em transplante. "Essa técnica evita, inclusive, o problema da rejeição, pois o paciente, mesmo doente, produz, sem cessar, células-tronco."

Conforme declarou Rocha após o seminário, tendo em vista o avanço dos estudos no campo das células somáticas, não seria correto cercar as pesquisas. "Até porque uma decisão política nesse sentido poderia levar as pessoas portadoras de doenças degenerativas, como o mal de Parkinson, a perder as esperanças na cura", disse.

Patrocínio admitiu que a utilização de embriões utilizados para a reprodução assistida já faz parte do mundo globalizado. No entanto, afirmou não ser possível aceitar a clonagem humana.

Seguro facultativo pode dispensar Dpvat

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que dispensa o recolhimento do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvat) para quem tiver seguro facultativo que ofereça coberturas iguais ou superiores para danos materiais causados a terceiros.

A matéria tem parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PTB-PB), e tramita em caráter terminativo na comissão. Assim, cabe à CAE a decisão final sobre o projeto no Senado, exceto se houver requerimento pedindo sua apreciação em Plenário.

Para o relator, o projeto "beneficia parte significativa dos proprietários de veículos, porquanto ele visa dispensar do recolhimen-



Álvaro Dias questiona a constitucionalidade do seguro obrigatório

to do Dpvat aqueles que, precavidamente, já contrataram seguro facultativo". Wellington Roberto, que propôs duas emendas de redação à proposta, acrescenta que a medida suprime despesas desnecessárias e que não há "motivo plausível para a dupla cobertura e, por conseguinte, a contratação em duplicidade".

IMPOSIÇÃO

Na justificativa da sua proposta, Álvaro Dias argumenta que a constitucionalidade do seguro Dpvat "é, no mínimo, duvidosa". Segundo ele, trata-se de um seguro pertencente ao direito privado, mas ao qual as pessoas aderem por imposição do poder público e não por contrato. Ele acrescenta que "a inadequação jurídica se completa ao exigir-se o seguro obrigatório de todos os veículos, e não ape-

nas daqueles cujos proprietários, espontaneamente, optem por não contratar seguros pessoais e patrimoniais" para darem cobertura à integridade e ao patrimônio de terceiros.

De acordo com o senador, não se justifica a dualidade de seguros, já que, "se o contrato civil de seguro é capaz de dar cobertura igual ou superior ao seguro obrigatório, não restará razão para manter-se a segunda modalidade, compulsória mas desprovida de consistência jurídica, caracterizada por destinação duvidosa, distanciada da sua finalidade, que não é outra se não a assistência às vítimas de trânsito".

Álvaro Dias considera ainda que "os valores pagos pelas indenizações são baixíssimos": R\$ 5.081,79 para óbito; R\$ 5.081,79 para invalidez permanente; e R\$ 1.524,79 para danos morais. Segundo ele, as estatísticas demonstram que dificilmente a vítima de trânsito é ressarcida nos patamares monetários desejáveis ou previstos.



Romero Jucá afirma que cada real investido em fiscalização garante ao país um retorno de R\$ 4,50

Jucá destaca ação do TCU no controle externo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um balanço positivo dos trabalhos do Tribunal de Contas da União (TCU), afirmando que, apesar das dificuldades de mensuração dos resultados dos sistemas de controle externo, a relação custo-benefício das atividades do órgão revela que para cada real investido em controle o país obtém potencialmente o retorno de R\$ 4,50.

Jucá informou que apenas no segundo trimestre deste ano o TCU, órgão de apoio do Poder Legislativo, processou 3.600 documentos e julgou mais de 3.800 processos referentes a questões de controle externo. Foram julgadas pelo tribunal 851 prestações de contas, das quais 299 irregulares, e 447 autoridades responsáveis foram condenadas ao pagamento de débitos ou multas superiores a R\$ 118,9 milhões.

Nesse período, informou Jucá, o TCU enviou 139 processos ao Ministério Público (MP), para o ajuizamento de ações civis e penais, motivadas por dano, desfalque ou desvio de recursos. Também remeteu ao MP e à Justiça Eleitoral a relação de 1.858 nomes de gestores públicos condenados pelo tribunal nos últimos cinco anos.

Foram iniciadas 451 fiscalizações, apreciados 42 processos e decretada a inabilitação de 16 servidores, pelo período de cinco a oito anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal.

Somente no trimestre em exame, disse o senador, o TCU promoveu 1.081 citações de responsáveis pelo dinheiro público e efetivou 1.400 notificações pela inexistência das contas.